

**ACTA N.º 4/2014 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA
REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.**

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no Auditório do Edifício dos Paços do Município, sob a Presidência de Mário Fernando Atracado Pereira e onde compareceram os Vereadores João Pedro Costa Arraiolos, Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar e Francisco José Saturnino Cunha e ainda Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior. Registada a ausência, por motivos justificados, do vereador Carlos Jorge Duarte Pereira.

Verificando-se quórum, o Presidente declarou aberta a reunião, eram quinze horas e dez minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos:

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 20 de fevereiro de 2014, que apresentava um total de disponibilidades de € 279.991,19.

ATAS

Ata n.º 2/2014 de 24 de janeiro de 2014. Não se tendo registado qualquer pedido de alteração, foi a mesma posta à votação tendo sido aprovada por unanimidade.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Câmara iniciou este período dando algumas informações sobre várias atividades do município que considerou importantes. Começou por informar que a Câmara de Alpiarça assinou dois Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública (ACEEP) juntamente com os representantes do movimento sindical. Em Dezembro de 2013 a Câmara de Alpiarça foi uma das primeiras câmaras da região e do país a assinar este tipo de acordos, tendo o primeiro acordo sido assinado com o STAL – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e Regional e no corrente mês de Fevereiro foi assinado mais um acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas, cobrindo desta forma os trabalhadores do município que prestam funções nas escolas, estando a câmara de Alpiarça aberta à assinatura de outros acordos.

Depois o Presidente da Câmara falou também de uma visita que se realizou no passado

sábado a Idanha-a-Nova, sobretudo com produtores agrícolas e hortícolas, e onde a Câmara e a Junta se fizeram representar, sendo a ideia contactar uma realidade que tem tido algum sucesso no âmbito do associativismo e na organização de agricultores e a recolha de alguma informação.

De seguida o Presidente da Câmara, na sequência de um assunto já aqui abordado na última reunião de câmara e que tem a ver com uma entrevista dada pelo Sr. Alberto Gaspar da empresa Tecnel e publicada pelo jornal “O Mirante”, em que havia uma referência clara a uma suposta dívida da Câmara Municipal de Alpiarça à Tecnel, informou que contactou os serviços municipais e não há dívida nenhuma registada na contabilidade da câmara à empresa Tecnel, até porque há um Plano de Saneamento Financeiro no qual foi contemplada toda a dívida existente à data de 2010 e foi paga pela tranche do empréstimo de saneamento contratado pela Câmara ao abrigo da Lei. Concluiu dizendo que embora não pondo em causa aquilo que foi dito pelo empresário Sr. Alberto Gaspar, só há uma forma de resolver isto, que é pela via judicial a empresa Tecnel tentar provar que a Câmara lhe deve determinada verba por obras realizadas para o município.

Sobre as questões de segurança no concelho de Alpiarça aludidas na última reunião de câmara, o Presidente da Câmara disse que já reuniu com o comandante do posto local da GNR e com elementos do Comando Distrital, que já pediu dados e o que lhe foi dito é que em Alpiarça não há nenhuma divergência entre o que se passa em Alpiarça e aquilo que se passa um pouco por todo o país. Terminou dizendo que como já tinha referido anteriormente, mantém uma audiência marcada com o Sr. Ministro da Administração Interna para abordar questões sobre o Posto da GNR, com o número de efetivos e com os meios postos à disposição desta força de segurança em Alpiarça.

Distribuiu depois aos vereadores Pedro Gaspar e Francisco cunha, para conhecimento, cópia dos Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública já assinados.

O Vereador Pedro Gaspar iniciou a sua intervenção perguntando ao Presidente da Câmara o ponto de situação sobre a melhoria das condições de trabalho da Assembleia Municipal, no Auditório dos Paços do Concelho, sala onde também reúne a Câmara Municipal, o vereador sugeriu mesas de apoio, melhoria nas condições de acesso à rede wi-fi, acesso a uma impressora, de modo a que haja mais profissionalismo nos

trabalhos dos órgãos autárquicos.

O Vereador Pedro Gaspar perguntou ao Presidente da Câmara quando é que era expectável a resposta a um requerimento seu sobre o ajuste direto à empresa JERFI – Projetos e Consultadoria, para perceber quando é que foi feito o pedido do preço de cotação a esta empresa e a que serviços se refere o ajuste de 17.400 euros.

No que toca ao requerimento que fez sobre o concurso para a obra do Parque de Base Recreativa e Formativa do Casalinho – Alpiarça, felicitou o Executivo por ter emendado a mão a tempo, porque o procedimento tinha irregularidades, o concurso foi suspenso, os serviços corrigiram os erros e o procedimento foi reativado.

Relativamente ao requerimento que fez sobre a avença feita com o advogado Francisco Madeira Lopes, informou que já recebeu o parecer jurídico interno da câmara sobre esta avença, adiantou que neste momento não se irá pronunciar sobre o seu conteúdo, registando no entanto que nos anos 2011, 2012 e 2013 pagámos 90.000 euros a este profissional. Opinou que o Dr. Francisco Madeira Lopes não tem que ser penalizado por ser um ilustre militante do Partido “Os Verdes”, tem os mesmos direitos que qualquer outro, mas recomendou que no próximo ano se consulte o mercado e que se possam contratar serviços semelhantes a preços mais razoáveis e se possível com profissionais da nossa terra. Não nega o que foi dito pelo Presidente da Câmara que com a gestão PS se pagava muito mais, mas continua a achar que nos tempos que correm talvez seja possível contratar um advogado por outros preços mais baixos.

Quanto ao gradeamento dos Patudos, sendo um assunto recorrente, assume que também não gosta de falar no assunto muitas vezes, opinou no entanto que se o gradeamento já está nas instalações da câmara, tem de ser valorado, incluído no património da Câmara e decidir-se que destino se lhe pode dar.

Disse ter registado as novas diligências efetuadas pelo Presidente da Câmara para que pudessem ser melhoradas as acomodações dos militares da GNR do Posto de Alpiarça, acrescentou que não poderia deixar de recordar que a recuperação do edifício onde se encontra o Posto serviu de bandeira na campanha eleitoral, há fotografias, há registos, veio cá um representante do governo central e parece que vai voltar tudo à estaca zero e que o processo terá de ser reiniciado.

O Vereador Francisco Cunha iniciou a sua intervenção pedindo ao Presidente da

Câmara um pouco mais de atenção às coisas que são por si solicitadas, porque se por um lado elas são legais, por outro lado como Vereador tem de ter as respostas até porque está em representação de cerca de 20% dos votantes de Alpiarça. Acrescentou que está aqui de alma e coração, para defender os interesses de Alpiarça e que não está aqui para defender os interesses de nenhum partido e que quer clareza e seriedade.

O Vereador Francisco Cunha começou por falar em primeiro lugar nas gravações, dizendo que têm havido alguns incidentes nas reuniões de câmara em que o Presidente da Câmara já suspendeu essas reuniões, porque ficou preocupado com a imagem que está ser dada para o exterior e o que é que as pessoas iriam pensar destas situações, continua a sua intervenção dizendo que as boas e as más ações ficam com quem as pratica e as pessoas que têm a possibilidade de verem as gravações penalizarão quem acharem que está a ter um comportamento incorreto, opinando que pior que passar uma má imagem para o exterior é tentar esconder alguma coisa. Acrescentou que tanto as atas como os vídeos das reuniões devem dar uma imagem real do que se passa nas reuniões de câmara, até porque aquilo que foi combinado quando se convencionou filmar as reuniões era que não haveria edição de imagens e que os vídeos seriam divulgados em bruto sem edição, para as pessoas verem tudo o que se passou.

Relativamente às informações que tem vindo a pedir, disse ao Presidente da Câmara que se na próxima reunião de câmara não lhe for dada a documentação que tem vindo a pedir de há cinco meses a esta parte não se sentará à mesa de reuniões e permanecerá de pé e não se irá sentar, alegando que o Presidente da Câmara não pode usar o argumento de falta de funcionários para atrasar a entrega da documentação, porque Alpiarça é dos concelhos com mais funcionários per-capita do distrito de Santarém. Acrescentou que há coisas que são extremamente simples de elaborar, que há uma má vontade por parte do Presidente da Câmara em entregar o que lhe é solicitado e que tenta colocar na boca dos vereadores da oposição coisas que eles não dizem.

Neste momento o Presidente da Câmara pediu desculpa ao Vereador de o interromper dizendo que o Vereador Francisco Cunha tem toda a legitimidade para colocar as

questões que entender, mas que não vê as reuniões de câmara, não vê o exercício do Poder Local como um exercício de acusações diretas e pessoais a todo o momento. Disse que há assuntos importantes para o futuro de Alpiarça, disse já ter explicado várias vezes a demora na entrega de alguns documentos, já explicou também que há documentos que não se vão entregar porque não existem na forma como o vereador os pretende, e disse comprometer-se de acordo com a disponibilidade dos serviços a dar-lhe todos os documentos. O Presidente da Câmara disse não achar justo nem para ele, nem para os outros vereadores, nem para a população do nosso concelho que as reuniões de câmara sejam um exercício de acusações ao Presidente da Câmara de uma forma que não é justa. Acrescentou que não permitirá que o Vereador monopolize todo o período antes da ordem do dia. Este período deve ser usado por toda a edilidade para tratar de assuntos de interesse do concelho, não podendo um único elemento monopolizar esta discussão. Finalizou dizendo que não podia deixar transformar as reuniões de câmara neste tipo de exercício. Considerou ainda que as reuniões de câmara não podem servir sistematicamente para pedir documentação que sobrecarrega os serviços.

O Presidente da Câmara deu dez minutos ao Vereador Francisco Cunha para concluir a sua intervenção.

O Vereador Francisco Cunha disse que não concordava com esta limitação de tempo e pediu para que o Presidente da Câmara não o interrompesse e disse que se o Presidente já lhe tivesse entregue toda a documentação que lhe pediu evitava-se andar sempre aqui a falar do mesmo, acrescentando que o mesmo acontece em relação ao gradeamento do muro do Museu dos Patudos.

Neste momento o Presidente da Câmara agendou uma visita ao gradeamento na próxima segunda-feira às dez horas.

Na continuação da sua intervenção o Vereador Francisco Cunha lamentou que tenha havido uma visita de agricultores a Idanha-a-Nova e a entrega das bolsas de estudo e que os vereadores da oposição não tenham sido convidados ou ao menos informados do sucedido, acrescentando que sabiam tudo pelos blogues e não por informação oficial do município. Depois disse que tinha colado na página do facebook do município de Alpiarça, da qual é amigo, uma informação que tinha a ver com o assunto que

estava em cima e que o Presidente da Câmara, como sempre, foi lá e apagou, achando o vereador que para além do cargo que ocupa na edilidade, é munícipe e como qualquer munícipe tem o direito de escrever na página do Facebook do município. Acrescentou que o Presidente da Câmara permite que alguém que não existe, que o presidente sabe que não existe, que é um tal Carlos Pinto, que vá à página do Facebook do município, no anonimato e que ofenda a família do vereador e outras pessoas e não apaga esses comentários, mas o que o Vereador Francisco Cunha escreve, que não é no anonimato, o Presidente da Câmara apaga.

Continuando a sua intervenção o Vereador Francisco Cunha disse que também já tinha pedido as atas das últimas duas reuniões do Conselho Municipal de Segurança e que ainda não lhe foram entregues.

Relativamente aos subsídios às coletividades, disse que na última reunião de câmara questionou a forma como eram dados os subsídios porque não tinha os planos de atividades das mesmas, para poder votar em consciência, e disse querer que as pessoas saibam claramente aquilo que pensa e agradece o envio pelo Vereador João Pedro Arraiolos de uns documentos sobre as coletividades, que nada têm a ver com planos de atividades, são documentos que considera incompletos, que não têm as receitas, não têm as despesas e que omitem os patrocinadores que têm, depois referindo-se ao “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas” opinou que os serviços municipais têm a obrigação de verificar que o apoio financeiro dado pela câmara foi efetivamente utilizado para o fim solicitado e considerou que o critério de distribuição dos subsídios que foram atribuídos era pouco claro e que havia uma associação que era a Casa do Xadrez de Alpiarça, com um palmarés extenso, que recebeu duzentos e poucos euros e há uma associação que está fechada há vários anos e que recebeu um apoio de seiscentos euros e que não há ninguém que entenda isto e sugeriu que de futuro os clubes e associações fizessem planos de atividades claros e sérios, para que os subsídios fossem bem atribuídos.

Prosseguindo a sua intervenção o Vereador Francisco Cunha referiu-se a uma notícia vinda no jornal “O Mirante” em que era dito que a *“Câmara de Alpiarça não quer pagar duas obras que a Tecnel fez a pedido de Rosa do Céu”*, dizendo que não sabe se as obras foram ou não feitas, o que sabe é que na sua opinião as pessoas envolvidas

são pessoas de bem e a sua crítica tem a ver com o facto de estar escrito que a câmara de Alpiarça não paga a um fornecedor. É uma má imagem. E das duas uma: ou a Tecnel está a agir de boa fé, fez as obras, prova que as fez e recebe o valor dos trabalhos, mas se não é verdade se a Tecnel não fez as obras e está de má fé neste processo então a câmara de Alpiarça tem de agir judicialmente contra esta empresa porque está a pôr em causa o bom nome da câmara de Alpiarça e do município. O vereador entende que este assunto não pode ficar assim e deverá ter um desfecho.

O Vereador Francisco Cunha entregou uma fotografia da rua onde mora o Presidente da Câmara onde está afixado um placard de um determinado partido num sinal de trânsito, dizendo que acha que é obrigação dos serviços da câmara levantar o auto e multar o partido em causa, para haver moral quando se multarem outras entidades por outras infrações. Acrescentou que era bom que o Presidente da Câmara não esquecesse a questão das hortas comunitárias e disse que tinha duas propostas para apresentar. O Presidente da Câmara interrompeu neste momento o Vereador Francisco Cunha dizendo que ele já tinha ultrapassado largamente o período de dez minutos que lhe tinha sido concedido e que tinha necessidade de responder às questões que lhe tinham sido colocadas.

O Presidente da Câmara começou por responder às questões colocadas pelo Vereador Pedro Gaspar dizendo as condições de trabalho na Assembleia Municipal iriam melhorar e garantiu que na próxima reunião da assembleia municipal os deputados já terão mesas para poderem colocar pastas e papéis ou outros objetos, defendendo porém que este auditório não tem piores condições de funcionamento do que muitas das assembleias municipais deste país.

Relativamente ao requerimento apresentado sobre a JERFI o Presidente da Câmara disse que já tinha encaminhado o assunto para os serviços que lhe disseram que era uma série de pastas e que até tinha pensado marcar um dia para o vereador consultar o processo com vista a evitar que se passem dias a digitalizar documentos que podem ser consultados, disse ainda que já tinha informado anteriormente que os 17.400 euros de ajuste direto pagos à empresa dizem respeito à elaboração do projeto de toda aquela área no Casalinho e que a empresa apresentou faturas de acordo com o combinado e que os trabalhos foram pagos, não se ficaram a dever.

Sobre os honorários pagos ao advogado da câmara Francisco Madeira Lopes, o Presidente da Câmara disse que são honorários legais, que a câmara de Alpiarça necessita de um advogado, desde a implantação do poder local democrático que esta câmara sempre teve avenças com advogados e que o atual advogado da câmara veio ganhar o mesmo que estava a ser pago aos anteriores advogados do tempo do PS, que até já baixou o vencimento nos termos da lei, e que os advogados no tempo do PS para além dos honorários mensais cobravam milhares e milhares de euros em paralelo pelos inúmeros processos avulsos em tribunal.

Sobre o gradeamento dos Patudos disse que será agendada uma visita ao mesmo para a próxima segunda-feira, acrescentou que o gradeamento que tanta polémica tem dado, não é um gradeamento histórico, que foi um gradeamento colocado nos anos noventa do século passado e que na altura foi motivo de grande discordância dos eleitos do PS da altura e que foi retirado nas atuais obras nos exteriores, deixou de pertencer ao município e com a concordância do empreiteiro regressou à propriedade da Câmara de Alpiarça.

Em relação às condições de trabalho no posto da GNR, o Presidente da Câmara informou que tem sido sempre uma preocupação do Executivo, tanto que nestes quatro anos a câmara municipal tem feito uma série de intervenções pontuais, embora fosse responsabilidade do poder central, e neste momento a câmara municipal está a proceder a pinturas, à colocação de divisórias e portadas. Quanto à recuperação do antigo edifício dos Paços do Concelho onde está instalado o posto da GNR, havia a garantia dada pelo ministro da Administração Interna da recuperação total do edifício com a comparticipação do governo através de fundos comunitários em 10%, a Câmara Municipal recorreria a fundos comunitários que comparticipariam em 85%, ficando os restantes 5% a cargo da Câmara e que seriam transformados em rendas. Entretanto houve um revés em relação à pretensão do governo e até outros processos mais adiantados que o nosso como é o caso de Salvaterra de Magos e de Alcanena estão parados porque o governo queria ir aos Programas Operacionais Regionais buscar dinheiro do FEDER, mas a União Europeia não autorizou que as forças de segurança fossem subsidiadas desta forma. Neste momento o Vereador Francisco Cunha interrompeu o Presidente da Câmara dizendo-lhe que se o governo faltou à verdade,

também o presidente faltou à verdade, porque anunciou às pessoas de Alpiarça que iria recuperar aquele edifício e agora já não vai. O Presidente da Câmara contrapôs que havia um compromisso do governo e que os presidentes das câmaras acima citadas também anunciaram novos quartéis da GNR e estão na mesma situação que Alpiarça e espera voltar a insistir com o ministro da Administração Interna para a recuperação do antigo edifício dos Paços do Concelho que alberga o Quartel da GNR.

O Presidente da Câmara depois de responder às questões colocadas pelo Vereador Pedro Gaspar passou a responder às questões colocadas pelo Vereador Francisco Cunha dizendo que iria dar novas instruções aos serviços para entregarem rapidamente aos vereadores a documentação em falta, pedindo aos mesmo alguma parcimónia no pedido de documentos, porque não podemos criar uma secção só para responder aos pedidos dos vereadores.

Em relação aos vídeos que são divulgados sobre as reuniões de câmara, o Presidente da Câmara disse que os vídeos que passam são das reuniões de câmara, ressalvando que quando o presidente suspende a reunião, a reunião fica interrompida e por isso o vídeo recomeça com o reinício da reunião.

Sobre o estudo que atribui mais funcionários per capita a Alpiarça do que a outros municípios, o Presidente da Câmara informou que há um desequilíbrio em Alpiarça e que é preciso não esquecer que dos 308 municípios do país só 28 é que têm Bombeiros Municipais, de entre esses Alpiarça é um deles e que os Bombeiros Municipais não são apoiados pelo governo central, também foram transferidos para o município cerca de 50 funcionários das escolas, e que da totalidade dos municípios do país pouco mais de um terço é que aceitou estas competências.

Relativamente ao Facebook o Presidente da Câmara disse que já aqui referiu mais de uma vez que é ele que gere essa página e que o município só fala a uma voz e que os vereadores da oposição terão os seus locais próprios para divulgarem as suas ideias e as suas opiniões.

Sobre os planos de atividades das coletividades o Presidente da Câmara concordou que realmente compete à câmara acompanhar a prossecução dos fins que mereceram o apoio financeiro da autarquia e é aquilo que a autarquia tem feito através de reuniões não só com o Gabinete de Desporto como até com os próprios vereadores e disse que

os sócios e as secções tem de acompanhar também essa fiscalização. Opinou que tem havido uma generalização da prática desportiva no concelho e que os resultados desportivos em Alpiarça tem vindo a melhorar. Neste momento o Vereador Francisco Cunha interrompeu o Presidente da Câmara dizendo-lhe que o dinheiro não chega a várias secções do CD Águias, nomeadamente de futebol juvenil, secção de atletismo e secção de ginástica e opinou que a Câmara deve acompanhar melhor estas situações.

Relativamente às obras efetuadas pela Tecnel o Presidente da Câmara disse que pretende esclarecer esta situação, porque a câmara municipal terá de resolver esta questão e se houve obras que foram executadas elas foram-no indevidamente, com responsabilidade de quem autorizou obras sem faturas e de quem fez obras sem faturas e se a câmara de Alpiarça for obrigada por tribunal a pagar alguma coisa, tem de pagar. Se isto não corresponde à verdade a câmara de Alpiarça terá de limpar o seu bom nome e inclusivamente o nome dos eleitos envolvidos.

Em relação ao sinal de trânsito e ao placard de uma força política disse que iria dar conta dessa ocorrência. Sobre as hortas comunitárias disse que esse assunto não é nenhuma novidade, que tem sido posta em prática em muitos municípios, que inclusivamente em 2011 o executivo já visitou hortas comunitárias a funcionarem num município da CDU e que havendo condições num dos próximos Planos de Atividades esse assunto pode ser contemplado.

O Vereador João Pedro Arraiolos em relação aos subsídios às duas coletividades que estão fechadas e que recebem 600 euros, disse que foi suficientemente claro na última reunião de câmara, que explicou que os subsídios eram calculados com base no número de inscritos nas diversas atividades e que havia duas coletividades que eram a do Casalinho e a do Frade de Baixo que recebiam um subsídio como contrapartida na cedência das instalações para o funcionamento do gabinete de apoio ao munícipe, um valor calculado em 50 euros por mês. O vereador disse ainda que a câmara municipal criou um modelo de maneira a uniformizar os vários planos de atividades das associações e de maneira a tornar mais fácil a sua análise. Relativamente ao número de trabalhadores, ao contrário do que tem sido dito, considerou que a Câmara de Alpiarça não tem excesso de funcionários comparativamente com concelhos idênticos e que muito do trabalho que é feito tem de passar por estagiários e outros trabalhadores que

são colocados através do Centro de Emprego.

O Presidente da Câmara disse que dava mais alguns minutos para os vereadores usarem da palavra de modo a concluir-se o período antes da ordem do dia.

O Vereador Pedro Gaspar relativamente à JERFI disse que não precisava do projeto do Centro de Formação do Casalinho para nada, só disse querer saber quando é que o município manifestou àquela empresa a vontade de contratar. Depois explicou o porquê da data desta contratação ser importante, porque foi utilizada na última semana de eleições e apareceu nos blogues uma maquete 3D deste projeto, que é cara, como propaganda eleitoral da CDU e o vereador disse querer saber quando é que esta maquete foi feita e comparou a utilização da figura do Ajuste Direto por parte da Câmara com aquilo que o Estado faz em que a maioria das adjudicações são feitas por Ajuste Direto.

Em relação à recuperação do antigo edifício dos Paços do Concelho onde funciona o Posto da GNR o vereador considerou que apesar de haver uma promessa verbal por parte do Governo de recuperar o edifício na sua totalidade e não haver um compromisso escrito, certo é que a CDU e o Presidente da Câmara utilizaram essa promessa na campanha eleitoral nas últimas eleições, agora o Governo recuou e o Presidente da Câmara não vai cumprir a sua promessa, o que naturalmente será analisado pelo povo de Alpiarça.

Sobre o gradeamento dos Patudos o Vereador Pedro Gaspar disse que na próxima segunda-feira não estaria disponível para ir ver o gradeamento, o Vereador Francisco Cunha disse que estaria disponível e gostaria de ver o gradeamento e então o Presidente da Câmara disse que cada um dos vereadores poderia agendar com os serviços essa visita, conforme a sua disponibilidade.

Ainda sobre o gradeamento o Vereador Pedro Gaspar disse que o Presidente da Câmara referiu aqui que o gradeamento deixou de pertencer à câmara de Alpiarça e que com a concordância e boa vontade do empreiteiro regressou de novo à propriedade da câmara de Alpiarça e que sempre achou estranho como é que um empreiteiro que apresentou por várias vezes trabalhos a mais, agora oferece o gradeamento de bandeja, utilizando a expressão “não há almoços grátis”.

Relativamente aos planos de atividades das coletividades de Alpiarça e o

acompanhamento que a câmara tem de fazer aos apoios concedidos, disse ver-se obrigado a concordar com o Vereador Francisco Cunha e deu como exemplo as prioridades do C. D. «Os Águias», que passavam pela aquisição de duas carrinhas mas que relegavam para segundo plano a substituição da cobertura da nave desportiva que está executada em telhas com amianto e cujo orçamento é de 390.000 euros. O Vereador Pedro Gaspar deixou no ar a pergunta se não seria melhor estabelecer um protocolo com os Águias e em vez de gastar 350.000 euros no Centro Formativo do Casalinho, fazer reverter aquela verba para dotar a nave desportiva do Águias de uma nova cobertura. O Presidente da Câmara respondeu de imediato que se está a falar de coisas completamente diferentes, porque o Centro de Formação previsto para o Casalinho é para desporto informal e que o desporto praticado no Águias é de outro âmbito, acrescentando que já explicou várias vezes que os fundos a disponibilizar pelo QREN e que sobraram do ano passado só poderão ser utilizados nos fins para os quais a câmara de Alpiarça os vai tentar utilizar no Casalinho, mas que a oposição teima em ignorar o que já repetiu várias vezes. O Vereador Pedro Gaspar concordou que o presidente até poderá ter toda a razão, mas que não poderia deixar de chamar a atenção para um problema na cobertura da nave desportiva do Águias, onde inúmeros utentes praticam desporto.

Para finalizar o Vereador Pedro Gaspar disse que é vereador eleito pelo PS, que é assalariado numa empresa aqui referida e que não tem nenhum mandato ou procuração desta empresa nem do Sr. Alberto Gaspar, que por sinal é seu pai, não o manditou para nada e quem o elegeu foi o povo de Alpiarça, disse que se o assunto for para tribunal, como assalariado da empresa não pode aqui fazer grande coisa, mas como Vereador defenderá sempre o interesse dos alpiarcenses.

O Vereador Francisco Cunha apresentou uma proposta no sentido de se abrir a discussão pública de forma a requalificar e melhorar o funcionamento do parque de estacionamento frente à sede do C. D. Os Águias. Apresentou uma segunda proposta sobre o incentivo ao desenvolvimento económico local, no qual aponta algumas sugestões para o desenvolvimento do concelho.

O Presidente da Câmara em resposta à questão dos ajustes diretos levantada pelo Vereador Pedro Gaspar, disse que é um mecanismo previsto na Lei e que a Câmara de

Alpiarça não abdicará do mesmo. Acrescentou que a câmara até faz ajustes diretos mais altos do que aquele que fez com a JERFI, nomeadamente nos concursos que são lançados pela CIMLT na plataforma eletrónica e que depois cada município tem de fazer o ajuste direto com a empresa que ganhou.

Relativamente ao que foi dito sobre a empresa TECNEL, o Presidente da Câmara precisou que há que esclarecer este assunto sem má fé nem pretensões contra a empresa ou contra o Sr. Alberto Gaspar, mas quando há obra feita sem concurso, sem ajuste direto, sem faturas, nem outros documentos de assunção de dívida, só os meios judiciais têm competência para decidir se a câmara deve ou não deve. E se a autarquia não deve tem de haver uma retratação pública. Neste momento o Vereador Francisco Cunha disse que o bom senso tem de prevalecer e pediu que a câmara de Alpiarça utilize os mesmos critérios que utilizou para resolver as dívidas que tinha com a Planotejo, em que as coisas estavam em tribunal mas chegou-se a acordo e as dívidas foram pagas. O Presidente da Câmara contrapôs que são assuntos completamente diferentes porque as obras da Planotejo tinham concurso, tinham faturas e já estavam em tribunal e que a câmara só pagou por decisão do tribunal.

Neste momento o presidente deu por encerrado este período e fez um pequeno intervalo.

ORDEM DO DIA:

VÁRIOS

Ponto 1 – Pedido de fiscalização da constitucionalidade do DL 133/2013, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas – enviado pelo Grupo Parlamentar do PCP.

O Presidente da Câmara deu conhecimento deste pedido aos vereadores. O Vereador Francisco Cunha pôs em causa o interesse deste assunto vir à reunião de câmara uma vez que não diz diretamente respeito a Alpiarça e considerou-o uma perda de tempo. O Presidente da Câmara contrapôs que o assunto vem apenas para conhecimento e se não houver intervenções não se perde tempo, e disse ainda que todas as questões que têm a ver a realidade com as autarquias locais e que são enviadas institucionalmente de forma oficial viriam à reunião de câmara para conhecimento.

Ponto 2 - Protocolo de cooperação para a prática de expressão física e motora nos jardins de infância – Programa “Começar cedinho”.

O Presidente da Câmara disse que é um programa que já está em funcionamento nos jardins de infância do Agrupamento de Escolas do concelho e deu a palavra ao Vereador João Pedro Arraiolos que explicou que se trata de um protocolo que tem por objetivo definir as condições de cooperação entre a câmara de Alpiarça e o Agrupamento de Escolas José Relvas de Alpiarça com vista a permitir que todas as crianças dos jardins de infância do concelho tenham aulas de expressão físico motora, estabelecendo-se neste protocolo quais as obrigações do Município de Alpiarça e as obrigações do Agrupamento de Escolas.

O Vereador Pedro Gaspar deu os parabéns ao município por esta iniciativa, parecendo-lhe que o lema está muito bem conseguido, que é apelativo para os pais e com certeza para as crianças.

O Vereador Francisco Cunha perguntou quais são os meios humanos que a câmara dispõe para lecionar estas aulas de expressão físico motora, tendo o Vereador João Pedro Arraiolos respondido que neste momento as aulas estão a ser lecionadas por dois estagiários licenciados e que futuramente a câmara pretende continuar a assegurar esta iniciativa com meios próprios.

Ponto 3 – Município de Alpiarça – Proposta do Presidente da Câmara - Convite à Junta de Freguesia de Alpiarça para encetar processo negocial com vista à delegação de competências do Município na Freguesia, no âmbito da Lei n.º 75/2013.

O Presidente da Câmara passou a apresentar esta proposta que nasce do articulado na Lei 75/2013, de 12 de Setembro e que visa que o Executivo Municipal delibere endereçar convite à Junta de Freguesia de Alpiarça para encetar processo negocial com vista à Delegação de Competências do Município na Freguesia.

O Vereador Pedro Gaspar opinou que há três momentos distintos a ter em conta no ataque que o Poder Central desferiu às autarquias locais: o primeiro começou com a asfixia das autarquias cortando verbas até ao ponto de muitos municípios estarem em situações financeiras insustentáveis, depois há um segundo momento em que houve uma agregação de freguesias, a regra e esquadro, sem ter em conta tudo o que era costumes e tradições, e agora temos uma transferência de competências para as

freguesias que pode ser confortável para algumas câmaras que se desfazem assim de alguns sectores transferindo-os para as freguesias. O vereador opinou que isto é um ataque brutal àquilo que é Poder Local e à autonomia das populações, acrescentando que isto parece um plano bem gizado no sentido de esvaziar as câmaras de algumas das suas competências, passando estas competências para aglomerados de freguesias que serão como que pequenos condados e depois com a desculpa que as freguesias já têm muitas competências extinguem-se concelhos, com a desculpa que algumas câmaras já não servem para nada. Depois o vereador considerou preocupante a forma como o Governo tem tratado estas matérias e como muitas câmaras de todos os quadrantes políticos têm sido esvaziadas das suas competências e aos poucos corta-se a voz das pessoas. Pediu ao Executivo que como não pode deixar de cumprir a Lei, se rodeasse de todos os cuidados e do bom senso necessário no sentido de se fazer esta transferência de competências para a Freguesia de uma forma que não esvaziasse a Câmara das suas principais atribuições.

O Vereador Francisco Cunha disse que concordava em boa parte com aquilo que o Vereador Pedro Gaspar disse, e que se percebe que isto é uma forma de se proceder à redução de concelhos, depois de já se ter procedido à redução de freguesias. O vereador disse esperar que futuramente Alpiarça não figurasse na lista dos concelhos que irão ser extintos, porque não gostaria nada de vir a pertencer a um dos concelhos vizinhos. O vereador considerou ainda que esta ofensiva dos governos de tentarem extinguir concelhos, também se deve ao facto de alguns concelhos ao longo de anos e anos não terem tido controle sobre certas obras que foram feitas e de dinheiros que foram mal gastos e que seria muito difícil para um Governo extinguir concelhos pouco endividados e economicamente independentes e viáveis, sendo a extinção do concelho um castigo pelas má gestão concelhia.

O Presidente da Câmara disse que a extinção e aglomeração de freguesias não dependeu do mérito ou desmérito da governação das autarquias que foram extintas e aglomeradas, foram utilizados outros critérios.

Posto o ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com a abstenção do Vereador Pedro Gaspar que em declaração de voto, disse que de forma nenhuma é sua intenção impedir este processo negocial entre o Município e a Freguesia, nem pode

impedir que seja cumprida uma Lei que está em vigor, mas por outro lado não se sente confortável a votar favoravelmente este ponto pelas razões que aludiu e por outro lado espera que haja o tal bom senso por parte da Câmara na transferência de competências para a Junta de Freguesia.

Ponto 4 – Município de Alpiarça - Moção – Protesto contra os preços do tarifário elétrico. Proposta do Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara pôs este ponto à votação dizendo que há dois pontos semelhantes, tendo sido uma moção apresentada pelo Vereador Francisco Cunha na última Reunião de Câmara e que tal como prometeu agendou para esta reunião como ponto cinco da Ordem do Dia de hoje e tal como tinha dito na altura ele próprio apresenta uma moção no mesmo sentido, porque embora no essencial as moções sejam semelhantes, terão de ser votadas as duas, porque há nuances que as distinguem e fariam com que a Câmara de Alpiarça tivesse duas posições distintas.

O Vereador Pedro Gaspar embora reconheça que a moção apresentada pelo Presidente da Câmara tem uma matriz ideológica mais de esquerda e a moção apresentada pelo Vereador Francisco Cunha tem uma matriz mais à direita, irá votar favoravelmente as duas moções. Considerou que a eletricidade é um bem fundamental e essencial para a nossa vida moderna e disse que se considera que há um mercado liberalizado neste sector, mas isso é uma grande mentira e o consumidor está na mão da empresa hoje detida por um grupo chinês. Apelou a que as moções aprovadas por unanimidade fossem remetidas a todos os municípios portugueses para que todos se pudessem tornar solidários com este tipo de moções.

O Vereador Francisco Cunha disse não entender porque é que apresentou uma proposta no dia 7 de Fevereiro e o Presidente da Câmara apresentou uma proposta no dia 19 de Fevereiro, e vindo as duas à Reunião de Câmara porque é que a proposta apresentada em último lugar aparece primeiro do que a apresentada em primeiro lugar. Disse também que embora as propostas sejam semelhantes contém algumas diferenças pois enquanto a proposta do vereador refere as várias distribuidoras elétricas, a proposta do presidente refere apenas a EDP, acrescentando ainda que a apresentação deste protesto contra o tarifário elétrico partiu de um repto que lhe foi lançado pelo Presidente da Câmara numa das reuniões de câmara.

Em resposta ao Vereador Francisco Cunha, o Presidente da Câmara disse que embora tivesse feito esse repto ao vereador, disse que não assina de cruz e caso se revisse no voto de protesto apresentado não apresentaria outra proposta alternativa tal como o fez.

O Presidente da Câmara pôs o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 5 - Município de Alpiarça - Moção – Protesto contra o aumentos brutais do tarifário elétrico. Proposta do Vereador Francisco Cunha.

O Presidente da Câmara pôs este ponto à votação, dando a palavra ao Vereador Francisco Cunha que passou à leitura da sua moção. Depois de ler a sua moção o vereador pediu ao seu colega Pedro Gaspar que lhe explicasse qual a diferença entre as duas moções em termos ideológicos e porque é que a sua moção será uma moção de direita e a moção apresenta pelo presidente da câmara é uma moção de esquerda.

Em resposta ao Vereador Francisco Cunha, o Vereador Pedro Gaspar disse que não fez essa observação em sentido pejorativo e explicou que é usual ver-se o Bloco de Esquerda e o PCP usarem na sua linguagem muito mais o valor das verbas em detrimento das percentagens e frases como “lucros fabulosos”, enquanto o centro-esquerda e centro-direita usam muito mais as percentagens em detrimento da volumétrica dos números para exporem as suas questões. O Vereador Francisco Cunha disse que ao apresentar esta moção de protesto apenas estava preocupado com as pessoas de menores recursos e com os aumentos brutais dos tarifários elétricos e não se preocupou se a sua moção tinha linguagem de esquerda ou de direita.

O Presidente da Câmara pôs o ponto à votação tendo o mesmo sido reprovado com o voto contra do Vereador João Pedro Arraiolos e o voto de qualidade do Presidente da Câmara e com os votos a favor dos vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha.

O Vereador Francisco Cunha e o Presidente da Câmara fizeram declarações de voto.

Em declaração de voto o Vereador Francisco Cunha disse que tinha de dizer ao Presidente da Câmara com toda a amizade e com todo o respeito, olhos nos olhos, que o que foi feito em relação à sua proposta é uma batota, que é ser manhoso e que é feio, disse que apresentou uma proposta que diz que somos contra os aumentos brutais que temos vindo a ser sujeitos, mas o Presidente da Câmara é a favor dos aumentos, isto é que tem de passar lá para fora, mas não é no anonimato. O vereador

disse que devia ficar bem claro que votou a favor da moção porque é contra os aumentos da água e da luz desta forma, acima da Lei e que o Presidente da Câmara, o Vereador Arraiolos e o seu partido são a favor dos aumentos.

O Presidente da Câmara disse que remetia os epítetos de manhoso para o Vereador Francisco Cunha, porque aquilo que este vereador quis fazer na última reunião de câmara foi insultar a inteligência do presidente de câmara e dos vereadores da CDU, ao misturar a questão das Águas do Ribatejo com a EDP e de outras distribuidoras de eletricidade. Em declaração de voto o Presidente da Câmara disse que votou contra esta proposta apresentada pelo Vereador Francisco Cunha porque a moção apresentada pretendia apenas misturar o voto de protesto contra o tarifário elétrico com o assunto Águas do Ribatejo, já anteriormente discutido e cujos pontos de vista ficaram claros. O Vereador Francisco Cunha mistura um aumento necessário à sustentabilidade da empresa Águas do Ribatejo de alguns cêntimos mensais na tarifa da água com um aumento nas tarifas elétricas das empresas distribuidoras, nomeadamente da EDP, empresa cotada em bolsa que se traduz num retorno efetivo de quase mil milhões de euros por ano. São estas ordens de grandeza e estas realidades que o Vereador Francisco Cunha pretendia que o Presidente da Câmara de Alpiarça confundisse mas que não confunde.

Ponto 6 – Município de Alpiarça – Proposta de reforço de subsídio, no valor de mil euros, para o Corso Carnavalesco 2014. Proposta do Vereador João Pedro Arraiolos.

O Presidente da Câmara deu a palavra ao Vereador João Pedro Arraiolos para fazer a apresentação da sua proposta, tendo este dito que o reforço do subsídio no valor de mil euros atribuído à Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1.º de Dezembro na Reunião de Câmara de 24 de janeiro de 2014, tem a ver com o aumento do número de carros alegóricos e de grupos de mascarados inscritos no Carnaval do ano presente.

No uso da palavra o Vereador Pedro Gaspar disse que esta matéria lhe causou alguma perplexidade logo da primeira vez que este assunto veio à reunião de câmara e que se absteve porque não tinha elementos suficientes para votar em conformidade. Concorda que o Carnaval é uma festa cultural e que deve ser ajudado, e que irá aprovar este reforço porque o Carnaval está para breve, mas disse achar que na disponibilização de verbas devia ser feito um estudo mais elaborado, até porque todos

sabemos que na atribuição de bolsas de estudo houve quatro estudantes, que embora tivessem condições de ilegitimidade, foram excluídos, e disse estar preocupado com as famílias destes estudantes e que lhe tinha sido dito que a Câmara de Alpiarça iria fazer os possíveis para corrigir esta situação e admira-se com a facilidade como se consegue arranjar um subsídio de mil euros para o carnaval e não se arranja a verba para ajudar as famílias dos quatro estudantes que estavam em condições de receberem as bolsas.

O Presidente da Câmara informou o Vereador Pedro Gaspar que a atribuição das bolsas de estudo não depende apenas de uma deliberação da câmara, que há um Regulamento que tem de ser alterado, que tem de vir à aprovação do Executivo e que tem de ser submetido à Assembleia Municipal. Concluiu dizendo que não se pode imputar à Câmara de Alpiarça a possibilidade ou não destes quatro alunos continuarem os estudos, porque este é um assunto da responsabilidade do Poder Central e que as bolsas atribuídas pela câmara serão um complemento ou uma ajuda aos estudos.

O Vereador Francisco Cunha opinou que embora a atribuição das bolsas dependa de um Regulamento, o Presidente da Câmara pode perfeitamente trazer à aprovação do Executivo e da Assembleia Municipal uma alteração a esse regulamento e permitir a atribuição de bolsas de estudo aos quatro estudantes em condições de as receberem.

O Presidente da Câmara para finalizar a questão disse que foi com a CDU que nesta câmara e pela primeira vez têm sido atribuídas desde 2010 bolsas de estudo, cuja atribuição não é competência das autarquias locais e disse também que ninguém aqui disse que era impossível arranjar uma solução para contemplar mais alguns alunos para além dos dez previstos no respetivo regulamento e que os serviços municipais irão apresentar uma proposta.

O Presidente da Câmara pôs o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade.

**Ponto 7 – Município de Alpiarça - Hasta Pública de venda de pinhas – Edital 3/2014.
Informação interna n.º 4/GJ/2014.**

O Presidente da Câmara informou que o último concurso ficou deserto, pelo que há necessidade de publicar novo Edital e nova Hasta Pública para a venda de pinhas. Propôs assim que fosse estipulado o dia 7 de março pelas 17:00H como data limite para a receção de propostas, o dia 10 de março pelas 12:00H para abertura das propostas e que a colheita das pinhas seja feita entre o dia 11 de março e o dia 1 de

Abril de 2014.

O Presidente da Câmara pôs o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 8 – Município de Alpiarça - Declaração de relevante interesse público municipal da empresa Triplanta. Remeter à próxima sessão da Assembleia Municipal de Alpiarça.

O Presidente da Câmara explicou que se trata de uma Declaração de relevante interesse público municipal da empresa Triplanta, que se trata de uma questão relacionada com os instrumentos de gestão territorial, nomeadamente a REN, tendo esta empresa parte das estufas colocadas sobre uma suposta antiga linha de água que existiria no espaço da atual Zona Industrial de Alpiarça e que passaria ao lado da Quinta de S. João e iria desaguar à vala de Alpiarça, mas que já não existe há muitas décadas. Embora a RAN não levante qualquer tipo de obstáculos, a REN apenas permite a instalação de estufas de plantas hortícolas em áreas de REN desde que seja considerada como de relevante interesse público e desde que não possa ser realizada de forma adequada em áreas não integradas na REN. A empresa Triplanta vê-se assim na contingência de devolver verbas comunitários se não obtiver esta declaração e esta solução vislumbra-se como a única solução para o problema.

O Presidente da Câmara deu a palavra ao eng.º Portugal de Sousa para dar mais umas achegas à sua explicação, tendo o técnico corroborado as palavras do autarca.

O Vereador Pedro Gaspar teceu uma consideração sobre o assunto, dizendo que ao ler-se estes documentos de percebe porque é que os empresários fogem do nosso país e apenas deseja que a câmara de Alpiarça preste os melhores serviços possíveis aos agentes económicos que tenham interesse em criarem postos de trabalho, é também essa a nossa missão.

O Presidente da Câmara pôs o ponto à votação, na condição de ser remetido à próxima sessão da Assembleia Municipal de Alpiarça, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com declaração de voto do vereador Francisco Cunha. Em declaração de voto, o vereador disse que em menos de quarenta e oito horas era impossível analisar este processo, no entanto após a explicação do sr. Eng.º Portugal e sendo um defensor da agilização dos processos que têm a ver com o funcionamento das empresas, aprovou esta proposta.

Depois de ter feito a declaração de voto, o Vereador Francisco Cunha disse que queria clarificar uma coisa que disse no início e voltou a dizer novamente ao Presidente da Câmara que se até à próxima reunião de câmara não lhe for dada a documentação que tem vindo a pedir, não se sentará à mesa de reuniões e permanecerá de pé e não se irá sentar e caso o presidente não tenha alguma da documentação que o vereador pediu o Presidente da Câmara faz uma carta nesse sentido informando-o que o município não possui esta ou aquela documentação. O Presidente da Câmara em resposta ao Vereador Francisco Cunha disse que o vereador não pode usar este tipo de pressão ilegítima sobre o presidente da câmara de Alpiarça e como tal não irá entregar qualquer documentação ao vereador Cunha porque não pode aceitar um ultimato destes. Em resposta ao Presidente da Câmara o Vereador Francisco Cunha disse que se o Presidente da Câmara não aceita ultimatums, o Vereador do Todos Por Alpiarça não aceita que o Presidente da Câmara ande a brincar com ele, porque o presidente é obrigado legalmente a fornecer a documentação que lhe é solicitada e disse que o que é ilegítimo é andarmos há cinco meses à espera de documentação que se obtém em minutos.

O Presidente da Câmara deu por encerrada a Ordem do Dia.

PERÍODO DO PÚBLICO

O Presidente da Câmara deu a palavra à munícipe Cláudia Hortelão que abordou a questão da visita de um grupo de agricultores de Alpiarça a Idanha-a-Nova, iniciativa essa que era de louvar, tendo estranhado que pelas fotos que viu que os agricultores já fossem de uma faixa etária mais avançada e se o município não teria no seu grupo de convidados os nossos jovens agricultores, porque pensa que seria interessante vê-los também presentes neste tipo de iniciativas.

O Presidente da Câmara deu a palavra ao munícipe Fernando Santos que perguntou ao Presidente da Câmara se haveria alguns requisitos para poder ser amigo da página do Facebook do Município de Alpiarça, uma vez que já tinha pedido a amizade ao município há um certo tempo e essa amizade não lhe teria ainda sido concedida.

Em resposta ao munícipe o Presidente da Câmara disse-lhe que a página tinha atingido o limite de cinco mil amigos e por isso havia alguns pedidos de amizade que estava em espera.

O Presidente da Câmara deu a palavra ao munícipe Eduardo Costa que teceu algumas considerações sobre a forma como as associações e coletividades fazem os seus planos de atividades e sugeriu que os serviços municipais possam acompanhar a utilização ou distribuição dos vários subsídios atribuídos pela câmara municipal a essas associações. O mesmo munícipe também fez algumas considerações sobre os limites deontológicos dos jornalistas e opinou que deviam haver algumas regras sobre o uso de imagens e de informação e apelou a que não passassem da informação para a desinformação relativamente ao que se passa nas reuniões de câmara. Relativamente às obras feitas pela Tecnel para a câmara de Alpiarça apelou a que as pessoas falem e resolvam as coisas, se não houve má-fé ou matéria crime que as coisas se possam resolver entre cavalheiros. O munícipe continuou a usar a palavra falando mais uma vez do tema aumento do tarifário das Águas do Ribatejo e lamentou que o Presidente da Câmara se tenha posto mais uma vez do lado das Águas do Ribatejo e não tenha aprovado uma moção contra os aumentos da eletricidade só porque comparava os aumentos da eletricidade com os aumentos das Águas do Ribatejo. Ainda no uso da palavra e para finalizar a sua intervenção opinou que deveria haver um efetivo controle da página do Facebook do Município de Alpiarça porque continuam a verificar-se comentários indignos de uma entidade fictícia que dá por nome Carlos Pinto e opinou que esses comentários indignos sejam apagados ou então que essa entidade fictícia seja removida da amizade da página do Facebook do Município de Alpiarça.

O Presidente da Câmara começou por responder à munícipe Cláudia Hortelão dizendo que efetivamente foram enviados convites a mais de cem agricultores, mas sobretudo para os que se dedicavam à produção de melão, melancia e hortícolas, mas disse que naquela visita estavam também alguns dos jovens agricultores de Alpiarça ou pelo menos que o foram até há bem pouco tempo e que a câmara tem procurado unir todos os agricultores.

Relativamente à intervenção do munícipe Eduardo Costa disse que o município tem procurado e irá continuar acompanhar as atividades das coletividades e associações. Relativamente às obras da Tecnel o Presidente da Câmara disse que a câmara de Alpiarça só poderá efetuar pagamentos de fornecimentos mediante a apresentação de faturas e que não poderão ser efeitos acordos sem enquadramento legal.

Relativamente à informação, à desinformação e à contra-informação que é feita sobre o que se passa nas reuniões de câmara, o Presidente da Câmara disse que não queria que autarcas, eleitos e outras pessoas que interagem com o município de Alpiarça fossem enxovalhados, porque para enxovalho já basta o que lhe fazem a ele e a outros elementos do Executivo.

O Presidente da Câmara deu por encerrada a Ordem do Dia.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezanove horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta, por unanimidade, para efeitos de execução imediata.

E eu, Maria do Céu Augusto, a exercer funções de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, servindo de Secretária, a redigi e assino.